

## Licenciatura em Economia

### Economia Internacional

Teste modelo

xx de xx de 20xx

Duração: 2 horas

**Atenção:**

• *Este teste é composto por duas partes. A PARTE A é composta por 10 perguntas de escolha múltipla com 4 alternativas de resposta cada, sendo cada resposta certa classificada com 1 valor e cada resposta errada penalizada com -0,25 valores. A PARTE B é composta por três perguntas de desenvolvimento, obrigando uma delas à apresentação de cálculos, com as classificações máximas nelas referidas.*

• *Nas respostas às perguntas da PARTE A, por favor tenha o cuidado de assinalar de forma clara e inequívoca no próprio enunciado a alternativa que considera mais correta. As respostas às perguntas da PARTE B devem ser dadas nas folhas de resposta normais, devendo cada pergunta ser respondida em folhas separadas.*

• *Classificações totais inferiores a 0 (zero) na PARTE A serão convertidas para 0 (zero).*

• *Não é permitida a consulta de quaisquer materiais de estudo.*

• *Caso pretenda desistir durante a prova, deverá escrever a palavra “desisto” nesta folha de rosto, seguida da sua rubrica, e entregar o enunciado ao docente vigilante. Não poderá sair da sala nos 30 minutos iniciais da prova.*

• *Para evitar o risco de extravio, por favor não desagrafe as folhas do enunciado. No final da prova, deve entregar todo o enunciado, onde constam as respostas à PARTE A, e as folhas de exame onde respondeu às perguntas da PARTE B.*

• *O enunciado e a correção oficial serão publicados no sítio da internet da disciplina antes da data fixada para a revisão de prova.*

**Por favor, não se esqueça de escrever o seu nome completo na linha reservada para o efeito nesta folha de rosto.**

*BOA SORTE!*

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

## PARTE A

Deverá assinalar em cada pergunta a alternativa que considera mais correta, como na pergunta 0:

0. De acordo com o Mercantilismo, num mundo de dois países,

- a) Ambos podem ganhar com o comércio, mas a distribuição dos ganhos depende dos termos de troca.
- b) Ambos podem ganhar com o comércio e a distribuição dos ganhos não depende dos termos de troca.
- c) Nenhum país pode retirar ganhos do comércio.
- d) O ganho que um país retira do comércio equivale a uma perda para o outro país.

1. No modelo clássico (Smith e Ricardo), o comércio

- a) Beneficia os países nele envolvidos
- b) É explicado por diferenças tecnológicas
- c) Reflete diferentes condições produtivas
- d) Todas as anteriores estão certas

2. No modelo clássico de Ricardo,

- a) Se um país tem vantagem absoluta na produção de um bem, então também tem vantagem comparativa na produção desse bem.
- b) Se um país tem vantagem comparativa na produção de um bem, então não pode ter vantagem absoluta na produção desse bem.
- c) Um país pode ter vantagem comparativa na produção de um bem e, ao mesmo tempo, vantagem absoluta na produção desse bem.
- d) Um país com vantagem absoluta na produção de todos os bens não pode retirar ganhos do comércio internacional.

3. Se dois países têm fronteiras de possibilidades de produção idênticas e mapas de indiferença distintos, é possível que cada país ganhe com o comércio:

- a) No modelo clássico mas não no modelo neoclássico
- b) No modelo neoclássico mas não no modelo clássico
- c) No modelo clássico e no modelo neoclássico
- d) Nem no modelo clássico nem no modelo neoclássico

4. Se  $P_x/P_y$  no país doméstico, em autarcia, é menor que  $P_x/P_y$  no resto do mundo, então o país doméstico tem uma vantagem comparativa no bem \_\_\_\_ e, se este país se abrir ao comércio, a produção do bem X irá \_\_\_\_\_.

- a) Y; aumentar
- b) Y; diminuir
- c) X; diminuir
- d) X; aumentar

5. Se um país “trabalho abundante” se abre ao comércio e se especializa no bem “trabalho intensivo”, então verifica-se:

- a) O teorema de Heckscher-Ohlin
- b) O teorema da igualização do preço dos fatores
- c) O teorema de Stolper-Samuelson
- d) O teorema de Rybczynski

6. Uma implicação do teorema de Heckscher-Ohlin é a seguinte:

- a) Se em dois países os gostos são idênticos, então não há condições para o comércio.
- b) O preço relativo do fator escasso subirá com a abertura ao comércio.
- c) A distribuição do rendimento não se alterará com a abertura ao comércio.
- d) Dois países com gostos idênticos podem, mesmo assim, ter uma base para o comércio se as suas dotações relativas de fatores forem diferentes e se as intensidades fatoriais dos bens forem diferentes.

7. A situação em que um país exporta e importa bens classificados na mesma categoria é conhecida por comércio \_\_\_\_\_, comércio esse que está correlacionado \_\_\_\_\_ com os níveis de rendimento *per capita* dos países.

- a) intra-indústria; positivamente
- b) intra-indústria; negativamente
- c) inter-indústria; positivamente
- d) inter-indústria; negativamente

8. De acordo com a Teoria do Ciclo de Vida do Produto, a exportação em massa de um produto por parte dos países em desenvolvimento tende a acontecer na fase de:

- a) “novo produto”
- b) “maturidade”
- c) “standardização”
- d) não se pode determinar

9. Se as importações de determinado bem são taxadas com um direito aduaneiro de 20% sobre o preço unitário a que acrescem 20 centavos por cada unidade física importada, então estamos em presença:

- a) De um direito aduaneiro específico
- b) De um direito aduaneiro *ad valorem*
- c) Da combinação de um direito aduaneiro *ad valorem* e de um direito aduaneiro específico, respetivamente
- d) Da combinação de um direito aduaneiro específico e de um direito aduaneiro *ad valorem*, respetivamente

10. Se o país A forma uma união aduaneira com o país B, então:

- a) O país B continua a poder aplicar direitos aduaneiros sobre os produtos importados de A.
- b) Todo o novo comércio entre A e B cai na designação “criação de comércio”.
- c) O bem-estar em A e B necessariamente aumentará, sobretudo se estes dois países conseguirem substituir por comércio entre si todo o comércio que tinham com países terceiros.
- c) A e B podem beneficiar da união aduaneira especialmente se existirem economias de escala substanciais na maior parte das suas indústrias.

## PARTE B

*NB: As respostas a esta Parte devem ser dadas nas folhas de resposta normais, devendo cada pergunta ser respondida em folhas separadas.*

1. Considere os países A e B nas condições do modelo clássico, dotados com 1000 horas de trabalho (h/t) e 2000 h/t, respetivamente, produzindo os bens X e Y e tendo o trabalho como único fator produtivo. Os custos unitários de produção são os seguintes:

Países	Bens	
	X	Y
A	5	7,5
B	10	12,5

a) (2,5 valores) Verifique se existem condições para determinar o padrão das vantagens comparativas (VCs) conducentes à especialização e aponte o padrão de comércio que se desenharia entre os dois países. Apresente todos os cálculos que efetuar.

b) (2,5 valores) Suponha que o preço internacional se fixa em  $(P_x/P_y)_i = 0,75$  unidades de Y/ 1 unidade de X. Quantifique as correntes de troca, a produção e os consumos dos dois países, sabendo que o país A passou a consumir 50 unidades de X. Apresente todos os cálculos que efetuar.

2. (2,5 valores) Os resultados do modelo de Heckscher-Ohlin estão condicionados pela hipótese das tecnologias serem idênticas em todos os países. Discuta a aderência desta hipótese à realidade das economias modernas.

3. (2,5 valores) Faça uma apreciação crítica sobre o fundamento teórico para se proteger uma “indústria nascente”.

## RESOLUÇÃO DA PARTE B:

1.

a)

Existirão condições para a especialização se os preços relativos de cada bem forem diferentes nos dois países. Ora, para o país A obtem-se  $(P_x/P_y)^A = 5/7,5 = 0,67$  unidades de Y/ 1 unidade de X e para o país B  $(P_x/P_y)^B = 10/12,5 = 0,8$  unidades de Y/1 unidade de X. Temos, de facto, preços relativos diferentes, pelo que existem condições para determinar o padrão das VCs e haver especialização após comércio.

De acordo com a teoria das vantagens comparativas (David Ricardo) e dado que o preço relativo do bem X no país A é inferior ao preço relativo desse mesmo bem no país B, conclui-se que ao entrarem em comércio o país A deve exportar o bem X, importando o bem Y e o país B deve exportar o bem Y e importar o bem X.

Saliente-se que para determinarmos o padrão das VCs, em vez de utilizarmos os preços relativos também poderíamos utilizar os custos relativos. Neste caso cada país especializa-se no bem para o qual apresenta custos relativos mais baixos. De acordo com os dados verificamos que o custo relativo do bem X no país A ( $CR_x^A = 5/10 = 0,5$ ) é inferior ao custo relativo do bem Y nesse mesmo país ( $CR_y^A = 7,5/12,5 = 0,6$ ). Ou seja, para produzir o bem X o país A gasta 50% das horas de trabalho gastas pelo país B e para produzir o bem Y o país A gasta 60% das horas de trabalho gastas pelo país B. Logo, o país A tem VC em X e após entrar em comércio com o país B especializa-se no bem X, tal como tínhamos concluído anteriormente. Da mesma forma se faz a análise para o país B em termos dos custos relativos.

Note-se, contudo, que há uma diferença entre a análise feita utilizando os preços relativos autárquicos e a análise feita usando os custos relativos. É que na análise das VCs através dos preços autárquicos não temos números puros mas uma troca de unidades de bens (1 unidade de X troca-se ou vale 0,67 unidades de Y no país A, por exemplo). Já na análise das VCs através dos custos relativos temos uma comparação de números puros (ou percentagens, se multiplicarmos por 100).

Por último é necessário ter em atenção que de acordo com a teoria das vantagens absolutas (Adam Smith) não haveria especialização pois o país A produz ambos os bens com custos (absolutos) mais baixos.

b)

Comecemos por determinar as produções de cada país numa situação de comércio livre. De acordo com o caso geral da teoria das vantagens comparativas, os países vão especializar-se completamente, o país A no bem X e o país B no bem Y, recorde-se. Dado que o país A dispõe de 1000 horas de trabalho e dado que para produzir uma unidade de X gasta 5 horas, então a sua produção máxima de X será de 200 unidades (1000/5). Por seu turno, o país B produzirá 160 unidades de Y (2000/12,5).

Como o país A consome 50 unidades de X irá exportar 150 unidades (200 - 50) ao preço de 0,75 (ou seja, por cada unidade exportada de X o país A recebe - importa - 0,75 unidades de Y). Assim, as importações efetuadas pelo país A ascenderão a 112,5 (150 x 0,75) unidades de Y. Por seu turno, o país B irá consumir 150 unidades de X que importa de A bem como 47,5 (160 - 112,5) unidades de Y, exportando, portanto, 112,5 unidades deste bem.

Note-se que se podia fazer a resolução utilizando o conceito de triângulo comercial (que sintetiza a condição de equilíbrio no mercado internacional no modelo de Ricardo, ou seja, o valor das exportações de um país é igual ao valor das suas importações). Assim, para o país A,  $(P_x/P_y)_i = \text{Importações de Y por A} / \text{Exportações de X por A}$  e para o país B  $(P_x/P_y)_i = \text{Exportações de Y por B} / \text{Importações de X por B}$ .

Como as exportações de um país são as importações do outro é suficiente calcular para um dos países. Depois é preciso ter presente que a produção só tem dois destinos: o consumo interno e as exportações.

2.

Sendo o modelo de Heckscher-Ohlin um caso particular do modelo neoclássico, é natural que ele assuma tecnologias idênticas em todos os países. De acordo com esta teoria, a tecnologia é algo que se desenvolve fora da economia e que é colocada livremente à disposição dos agentes económicos para a produção de bens e serviços. Ou



seja, a atividade dos cientistas é considerada uma atividade estranha à economia e às empresas, desenvolvendo-se nos laboratórios das universidades e nos laboratórios públicos. Os conhecimentos por eles produzidos são como que colocados numa “caixa negra” à qual têm livre acesso todos os países e todas as empresas.

Atualmente, esta hipótese não se adequa à realidade. Com efeito, grande parte dos desenvolvimentos tecnológicos acontece no seio de empresas com o objetivo de melhorar e de desenvolver processos e produtos. A atividade científica está fortemente ligada à atividade económica sendo uma das fontes de vantagem competitiva das empresas e dos países.

Daqui deriva que os desenvolvimentos tecnológicos são mantidos em segredo durante o máximo de tempo possível ou então aparecem protegidos por patentes. Eles não são de livre acesso, não só porque frequentemente não são conhecidos fora da empresa e do país onde as novas tecnologias nascem como também porque, mesmo que o sejam, o acesso exige recursos financeiros e humanos capazes de os poder utilizar. Assim, o conhecimento tecnológico não se dissemina tão facilmente como a teoria neoclássica pressupõe, ou seja, existem *gaps* tecnológicos que permitem afirmar que a tecnologia não é idêntica em todos os países.

No entanto, este facto não invalida automaticamente os resultados do modelo de Heckscher-Ohlin, embora os relativize. Ou seja, a dotação relativa de fatores pode não deixar de ser um elemento explicativo do comércio internacional, mas certamente não é o único. As diferenças tecnológicas podem constituir outro elemento explicativo desse comércio, tal como se conclui a partir do modelo de Ricardo e de outras teorias mais modernas.

3.

O fundamento teórico repousa no argumento das economias de escala externas à firma, mas internas à indústria. Quando o volume da produção da indústria aumenta o custo médio diminui. Se por razões históricas (acidente histórico, por exemplo) um país desenvolve uma dada indústria e essa indústria consegue vender o produto no mercado mundial a um preço ( $P_1$ ) muito inferior ao custo ( $C_0$ ) suportado por qualquer firma estrangeira que queira entrar no mercado, então só a proteção nacional a essa indústria possibilitará que ela nasça, cresça e venda o seu produto no mercado interno, protegido

da concorrência das firmas estrangeiras (que vendem ao preço mais baixo  $P_1$ ). Esta proteção é temporária: ou seja, deve manter-se até que a indústria nacional atinja uma dada dimensão que lhe permita as economias de escala, a diminuição do custo médio e a venda do produto a um preço competitivo.

Contudo, a proteção via direito aduaneiro causa duas distorções: a distorção na produção (ineficiência na produção devido à entrada de produtores domésticos ineficientes) e a distorção no consumo (diminuição do consumo devido à subida do preço). A proteção via subsídio à indústria que concorre com as importações é preferível ao direito aduaneiro porque provoca só uma distorção (a distorção na produção) visto não alterar o preço para os consumidores (o excedente do consumidor mantém-se). Deste ponto de vista, é preferível um subsídio à produção.